

Política regional e produção acadêmica*

Ilza Araújo Leão de Andrade**

A história da produção acadêmica do Nordeste foi, durante um longo período, a tentativa heróica de pensar a sua singularidade: os seus problemas, o seu subdesenvolvimento, a sua cultura, a sua contribuição para a formação histórica de nosso país. Isso era verdade na produção literária regional, mas era também a marca da nossa produção sociológica, expressiva a partir dos anos 60. Os nossos centros de pesquisa social e as nossas universidades têm, em sua história, o crivo do regional e a preocupação central de pensar o seu desenvolvimento.

O surgimento do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES da Universidade Federal de Pernambuco, o Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará, o Centro Josué de Castro de Recife, o Centro de Recursos Humanos - CRH da Universidade Federal da Bahia, além da Fundação Joaquim Nabuco e o Departamento de Pesquisa da própria SUDENE, são exemplos da preocupação com o regional e expressam bem o “o estado da nossa arte” naquele momento.

No entanto, do ponto de vista dos programas de pós-graduação e do suporte financeiro para as nossas atividades de pesquisa, a referência regional de nossa produção, se foi bem visualizada no período, começou a pesar (negativamente), nas relações com o centro dinâmico da produção científica nacional. Num momento em que o paradigma dominante estava baseado na idéia da universalidade do conhecimento, nós parecíamos navegar contra a corrente, na medida em que operávamos no plano da singularidade, na busca de entendimento das nossas especificidades. Elas passavam pelo mundo rural (o latifúndio, o trabalho agrícola, a seca, a extrema desigualdade social), pela miséria urbana, pela fome, pelo desemprego, pela pobreza, enfim.

* Palestra proferida na mesa de abertura do **X Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, realizado em Maio-2001 em Salvador.

** Doutora pela UNICAMP, Profª. do Depto. de Ciências Sociais da UFRN. Diretora da ANPOCS.

Em 1985, os programas de pós-graduação em Ciências Sociais do Nordeste e os Centros de Pesquisa Social reuniram-se no primeiro encontro regional da área. O tema do encontro era: “Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano” e expressava bem o momento de privilegiamento, no Brasil como um todo, do estudo desses novos atores que redinamizavam a nossa política e se caracterizavam por constituir movimentos de feições e base urbana.

Para nossa surpresa, o forte do debate em João Pessoa não foram esses “novos movimentos sociais” que marcavam o cenário político do sudeste brasileiro, mas os movimentos de base rural (velhos e novos) que se reproduziam na região como resultantes da injusta e sofrida realidade do campo nordestino. Esse resultado impulsionou o surgimento do primeiro grupo de pesquisa de base regional na área das Ciências Sociais, cujo objetivo era a realização de uma investigação sobre o que seriam os nossos movimentos sociais urbanos e qual a relação desses com o Estado, uma vez que era a forma peculiar de relação entre esses dois atores que marcava o cenário político da redemocratização brasileira. Novamente reafirmávamos a nossa preocupação com as nossas singularidades, insatisfeitos com a generalização do quadro que predominava no Sudeste, feita por alguns estudiosos.

Foi também em busca da nossa singularidade que, dois anos depois, foi constituído um outro grupo de pesquisa regional, cuja temática central eram as “Relações de Trabalho e Relações de Poder”, no contexto nordestino. Essas experiências de produção coletiva sobre a nossa realidade constituíram-se como mecanismos de realização de estudos abrangentes sobre a região, num momento de recursos escassos para a pesquisa, mas, mais do que isso, transformaram-se em ricos laboratórios de articulação coletiva da reflexão sobre a nossa realidade.

Assim, até o fim dos anos 80, o nosso foco de pesquisa era singular. O que caracterizava a nossa reflexão era o pensar sobre o movimento real da nossa sociedade.

Os anos 90, entretanto, assistiram, a uma progressiva desregionalização de nossa produção científica. O Nordeste passara por mudanças profundas durante os anos 80: crescente urbanização, aparecimento de novas elites governamentais, modificações na dinâmica econômica, alterando o cenário político-social da região. Do ponto de vista da pesquisa, isso levava a um gradativo distanciamento das temáticas anteriores e a uma crescente incorporação das temáticas nacionais. O “pensar nordestino” transformou-se em algo *demodée*, inadequado, ainda que o velho quadro não houvesse desaparecido para dar lugar ao novo.

Um balanço desse movimento ressalta pontos positivos e negativos nessa mudança. Em termos positivos, tivemos a incorporação gradativa dos nossos pes-

quisadores no chamado circuito nacional das Ciências Sociais, ainda que de forma lenta e desigual. Os nossos programas de pós-graduação, as nossas revistas, as nossas pesquisas, tratam hoje de temas universais e o fazem no mesmo patamar da produção acadêmica do Sudeste. Os chamados “novos temas”: a subjetividade, a cultura (em uma nova leitura), o imaginário, as representações sociais, estão presentes na nossa agenda de pesquisa, como estão no resto de país e do mundo.

O curioso de todo esse processo é que ele parece ter ocorrido ao preço do nosso afastamento de temas relevantes para o conhecimento de nossa realidade social. Temas como a pobreza, a fome, a escassez de água, a produção agrícola, foram riscados de nossa agenda. Eles eram considerados ultrapassados, sinais de um tempo pretérito de “subdesenvolvimento intelectual” que acompanhava *pari passu* o nosso subdesenvolvimento econômico e social. O curioso de tudo isso é que, enquanto nos afastávamos do nosso objeto real, pesquisadores de grandes instituições de referência internacional como O Massachusetts Institute of Technology – MIT, uma das mais renomadas instituições de pesquisa dos Estados Unidos, realizam, com recursos do nosso Branco do Nordeste, pesquisas sobre a região. Triste ironia do destino!

Lamentavelmente, somos, hoje, presas de nossos próprios equívocos. A crise econômica e social que se instala no mundo capitalista do fim do século tem demonstrado o lado cruel de nosso modelo de desenvolvimento: de um lado, degradação ambiental, desemprego crescente, concentração de renda; de outro, fragilização do poder público e de sua capacidade de responder, com eficiência e eficácia às graves questões sociais. Há, assim, um processo crescente de universalização da desigualdade, da miséria, da fome, da escassez em todos os sentidos, e, por que não dizer, de “nordestinização” do mundo capitalista.

“Falta água na maior parte do mundo”. “É crescente o número de pobres nas grandes metrópoles do mundo desenvolvido”. Chamadas como essas estão hoje nas manchetes dos jornais de maior circulação no mundo e motivam a realização de grandes fóruns internacionais que reúnem governantes e organizações não-governamentais da maioria dos grandes países.

Do ponto de vista da pesquisa, assistimos à entrada gradativa dos antigos temas nordestinos na agenda de preocupações de renomados cientistas sociais e das agências de fomento. A pobreza passa a ser um objeto privilegiado de reflexão, assim como a questão da seca passa a ser uma temática nacional (gerando inclusive uma política nacional de recursos hídricos). Os “temas nordestinos” passaram a ser “temas nacionais” e, por isso, agora, objeto de debate político e acadêmico. Os pesquisadores da região foram levados a distanciarem-se deles

para entrar no circuito da produção intelectual brasileira e ainda não conseguem responder com agilidade a tão curiosa mudança na agenda nacional.

Em termos de financiamento, implementa-se um novo padrão na Política de Ciência e Tecnologia do país. Esta passa a ser orientada por recortes temáticos (os Fundos Setoriais) e distribuída de forma mais igualitária, reconhecendo-se a distribuição da capacidade de pesquisa nas diferentes regiões do país. Esse novo modelo privilegia a pesquisa de grupos, o que gera a necessidade de articulação entre pesquisadores de diferentes instituições e/ou de diferentes regiões.

Estamos, assim, diante de um quadro aparentemente favorável à produção acadêmica nordestina. Temos uma história de articulação e trabalho coletivo avaliada positivamente, mas abandonada, devido à lógica dominante no sistema de fomento à ciência em nosso país. Esta incentivou os centros nordestinos e os seus pesquisadores a buscarem articulações externas, preferencialmente com os chamados centros de excelência, desfazendo importantes redes de pesquisa de dimensões regionais anteriormente existentes. O momento é propício para a retomada da experiência anterior, para a formulação de grandes projetos de pesquisa acerca das temáticas, agora nacionais, que fizeram a riqueza da nossa produção passada. Se as tradicionais temáticas nordestinas estão hoje na agenda de pesquisa das grandes instituições de fomento, é preciso que recuperemos todo o conhecimento acumulado e nos coloquemos à disposição do debate nacional. Como falar de pobreza, hoje, sem fazer referência aos estudos dos anos setenta, como “Bahia de todos os pobres?” Como deixar de lado o enorme acervo de dados sobre a seca, cuidadosamente organizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pela Fundação Joaquim Nabuco, num momento em que a preocupação com os recursos hídricos passa a ser uma preocupação nacional?

Não queremos, aqui, parecer saudosistas, nem muito menos fazer a defesa do regionalismo. O que nos impulsiona é a defesa de uma ciência que pense a sua realidade, que seja capaz de produzir respostas às questões importantes que se colocam na sociedade circundante. Uma ciência que seja mais compreensiva do que explicativa, na concepção weberiana do conhecimento. Uma ciência que, na tarefa de compreender o singular, reúna elementos para explicar o plural. Uma ciência sem preconceitos, sem modismos e sem verdades absolutas.

Uma ciência comprometida com a sociedade.